



Senado Federal

Boletim de Atividade Legislativa

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	AURENICE rev. AURENICE
		VET	00040	2009	28	08	2009		

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Aguardando Leitura.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	MAMEREB rev. MAMEREB
		VET	00040	2009	08	09	2009		

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Juntadas fls. 103 a 112, referentes à Mensagem nº 111, de 2009-CN (nº 683/2009 na origem), comunicando ao Congresso Nacional o veto parcial aposto ao PLC nº 84, de 2009.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SEXP	MAMEREB rev. MAMEREB
		VET	00040	2009	08	09	2009		

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

À SEXP para elaboração do Ofício do Presidente do Senado Federal, que solicita à Câmara os nomes dos Deputados que deverão compor a Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SEXP	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SEXP	JOSANE rev. JOSANE
		VET	00040	2009	08	09	2009		

Recebido neste órgão às 20:51 hs.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SEXP	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	JOSANE rev. JOSANE ret. JOSANE
		VET	00040	2009	09	09	2009		

Ofício CN nº 534 de 09/09/09, ao Presidente da Câmara dos Deputados solicitando os nomes dos Deputados que deverão compor a Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

À SCLCN.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	MAMEREB rev. MAMEREB
		VET	00040	2009	09	09	2009		

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Juntadas fls. 114 e 115, referentes ao estudo de tramitação da proposição vetada (PLC nº 84, de 2009).



Senado Federal

Boletim de Atividade Legislativa

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	ANGELPAS rev. ANGELPAS
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN	SSCLCN	VET	00040	2009	15	09	2009	CN SSCLCN	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Juntada fls. 116, referente ao Ofício SGM/P nº 1881, de 2009, do Presidente da Câmara, indicando os nomes dos Deputados que deverão compor a Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	RODRIGUE rev. RODRIGUE
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN	SSCLCN	VET	00040	2009	30	09	2009	CN ATA-PLEN	

Ao Plenário para leitura, designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MARCIAGO rev. ALSOCARV
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN	ATA-PLEN	VET	00040	2009	21	10	2009	CN SACM	

10:54h - Leitura do Veto Parcial nº 40, de 2009.

Designação da Comissão Mista:

SENADORES(a): Paulo Duque, Raimundo Colombo, Paulo Paim e Mão Santa.

DEPUTADOS(a): Colbert Martins, Eduardo Valverde, Roberto Magalhães e Jefferson Campos

Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, a Comissão Mista deverá apresentar os relatórios sobre os vetos até o dia 10 de novembro de 2009.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerrar-se-á em 20 de novembro de 2009.

À SACM.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	VALERiar rev. VALERiar
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN	SACM	VET	00040	2009	05	11	2009	CN ATA-PLEN	

Convocada em 05/11/09, a Comissão não instalou para relatar o Veto, por falta de quorum, conforme Lista de Presença e Termo de Reunião.

Encaminhada à SSATA o Termo de Reunião para publicação. (às fls. 119 e 120)

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	ILAN
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN	ATA-PLEN	VET	00040	2009	05	11	2009	CN SACM	

Publicação do termo de reunião no Diário do Senado Federal de 6/11/2009.

À SACM.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	JOSESORAR rev. JOSESORAR
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN	SACM	VET	00040	2009	11	11	2009	CN SSCLCN	

Esgotado o prazo regimental sem apresentação do relatório pela Comissão Mista. Matéria encaminhada à SSCLCN para as devidas providências.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MAMEREB rev. MAMEREB
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN	SSCLCN	VET	00040	2009	18	12	2009	CN ATA-PLEN	

À Secretaria de Ata para confecção do avulso completo do veto.



Senado Federal

Boletim de Atividade Legislativa

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN ATA-PLEN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	ALSOCARV
		VET	00040	2009	18	12	2009		

Nesta data, foi encaminhado à SEEP o exemplar completo do veto para confecção de avulsos.
À SCLCN.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLSF	MAMEREB rev. MAMEREB
		VET	00040	2009	23	02	2010		

À SCLSF para juntada de documentos.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLSF	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	LYRA rev. LYRA
		VET	00040	2009	02	03	2010		

Juntei, às fls. 121/124, o Ofício nº 110/2009, de 11.12.09, do Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores no Comércio Armazenador, JOÃO DE SANT'ANNA, contendo manifestação da entidade a respeito do projeto.

Processado devolvido à SCLCN.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	MARCOSP rev. MARCOSP ret. DAIANERS
		VET	00040	2009	10	05	2011		

STATUS: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA

Incluído na ordem do dia da Sessão Conjunta de 11 de maio de 2011, às 12 horas.

***** Retificado em 11/05/2011 *****

Retirado da Ordem da Dia em razão do adiamento da sessão, por acordo dos Senhores Líderes da Câmara e do Senado. (Of. 549/2011-CN)

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN ATA-PLEN	MONDIN rev. MONDIN
		VET	00040	2009	18	12	2012		

STATUS: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA

Incluído na Ordem do Dia da Sessão Conjunta de 19 de dezembro de 2012, às 12h.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN ATA-PLEN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	OTAVIOL rev. OTAVIOL
		VET	00040	2009	19	12	2012		

13:22 - A matéria deixa de ser apreciada nesta oportunidade.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	MONDIN rev. SAZEVEDO
		VET	00040	2009	27	08	2013		

STATUS: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA

Aguardando inclusão em Ordem do Dia.



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

A partir de 1º de agosto de 2014 os boletins de ação legislativa não mais serão impressos, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2014, do Secretário-Geral da Mesa. As consultas sobre a tramitação da matéria devem ser realizadas diretamente no sistema eletrônico próprio.



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			
CN	SLCN	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
		VET	40	2009	24	09	2014	

Em 22 de setembro de 2014, foram desentranhadas do processado do PLC 84/2009 as fls 103 a 124, que passam a constituir, sem renumeração, este processado.



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

VET 40/2009
MCN 111/2009
PLC 84/2009

Mensagem nº 683

À Comissão Mista
Em 27 / 10 / 20 09

[Assinatura]

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 84, de 2009 (nº 3.969/00 na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso”.

Ouvido, o Ministério da Justiça e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Parágrafo único do art 2º

“Art. 2º

Parágrafo único. O Poder Executivo promoverá alterações no rol dessas atividades sempre que necessário.”

Razão do veto

“O dispositivo estabelece a possibilidade de o Poder Executivo livremente alterar as categorias de trabalhadores abrangidas por determinadas normas de Direito do Trabalho. No entanto, as disposições sobre Direito do Trabalho estão sujeitas à reserva legal (art. 5º, inciso II, da Constituição), não podendo a lei delegar para o Poder Executivo a livre alteração das categorias abrangidas por determinadas regras trabalhistas, sob pena de violação da reserva legal e da separação de poderes (art. 2º da Constituição).”

Secretaria Legislativa do
Congresso Nacional
VET nº 40 / 2009
Fls. 1/103 Rubrica: *Mondini*



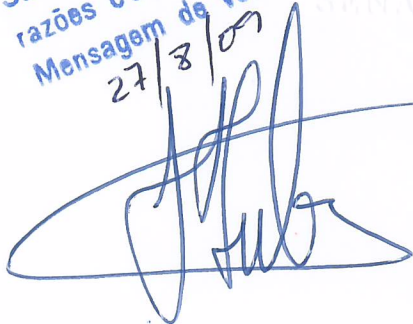
Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 27 de agosto de 2009.



Sanciono em parte, pelas
razões constantes da
Mensagem de veto!

27/8/09



Dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As atividades de movimentação de mercadorias em geral exercidas por trabalhadores avulsos, para os fins desta Lei, são aquelas desenvolvidas em áreas urbanas ou rurais sem vínculo empregatício, mediante intermediação obrigatória do sindicato da categoria, por meio de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho para execução das atividades.

Parágrafo único. A remuneração, a definição das funções, a composição de equipes e as demais condições de trabalho serão objeto de negociação entre as entidades representativas dos trabalhadores avulsos e dos tomadores de serviços.

Art. 2º São atividades da movimentação de mercadorias em geral:

I – cargas e descargas de mercadorias a granel e ensacados, costura, pesagem, embalagem, enlonamento, ensaque, arrasto, posicionamento, acomodação, reordenamento, reparação da carga, amostragem, arrumação, remoção, classificação, empilhamento, transporte com empilhadeiras, paletização, ova e desova de vagões, carga e descarga em feiras livres e abastecimento de lenha em secadores e caldeiras;

II – operações de equipamentos de carga e descarga;

III – pré-limpeza e limpeza em locais necessários à viabilidade das operações ou à sua continuidade.

Parágrafo único. O Poder Executivo promoverá alterações no rol dessas atividades sempre que necessário.

Art. 3º As atividades de que trata esta Lei serão exercidas por trabalhadores com vínculo empregatício ou em regime de trabalho avulso nas empresas tomadoras do serviço.

Art. 4º O sindicato elaborará a escala de trabalho e as folhas de pagamento dos trabalhadores avulsos, com a indicação do tomador do serviço e dos trabalhadores que participaram da operação, devendo prestar, com relação a estes, as seguintes informações:

I - os respectivos números de registros ou cadastro no sindicato;

II - o serviço prestado e os turnos trabalhados;

III - as remunerações pagas, devidas ou creditadas a cada um dos trabalhadores, registrando-se as parcelas referentes a:



- a) repouso remunerado;
- b) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- c) 13º salário;
- d) férias remuneradas mais 1/3 (um terço) constitucional;
- e) adicional de trabalho noturno;
- f) adicional de trabalho extraordinário.

Art. 5º São deveres do sindicato intermediador:

I – divulgar amplamente as escalas de trabalho dos avulsos, com a observância do rodízio entre os trabalhadores;

II – proporcionar equilíbrio na distribuição das equipes e funções, visando à remuneração em igualdade de condições de trabalho para todos e a efetiva participação dos trabalhadores não sindicalizados;

III – repassar aos respectivos beneficiários, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas úteis, contadas a partir do seu arrecadamento, os valores devidos e pagos pelos tomadores do serviço, relativos à remuneração do trabalhador avulso;

IV – exibir para os tomadores da mão de obra avulsa e para as fiscalizações competentes os documentos que comprovem o efetivo pagamento das remunerações devidas aos trabalhadores avulsos;

V – zelar pela observância das normas de segurança, higiene e saúde no trabalho;

VI – firmar Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho para normatização das condições de trabalho.

§ 1º Em caso de descumprimento do disposto no inciso III deste artigo, serão responsáveis, pessoal e solidariamente, os dirigentes da entidade sindical.

§ 2º A identidade de cadastro para a escalação não será a carteira do sindicato e não assumirá nenhuma outra forma que possa dar ensejo à distinção entre trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados para efeito de acesso ao trabalho.

Art. 6º São deveres do tomador de serviços:

I – pagar ao sindicato os valores devidos pelos serviços prestados ou dias trabalhados, acrescidos dos percentuais relativos a repouso remunerado, 13º salário e férias acrescidas de 1/3 (um terço), para viabilizar o pagamento do trabalhador avulso, bem como os percentuais referentes aos adicionais extraordinários e noturnos;

II – efetuar o pagamento a que se refere o inciso I, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas úteis, contadas a partir do encerramento do trabalho requisitado;

III – recolher os valores devidos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescido dos percentuais relativos ao 13º salário, férias, encargos fiscais, sociais e previdenciários, observando o prazo legal.

Art. 7º A liberação das parcelas referentes ao 13º salário e às férias, depositadas nas contas individuais vinculadas e o recolhimento do FGTS e dos encargos fiscais e previdenciários serão efetuados conforme regulamentação do Poder Executivo.



SENADO FEDERAL

Art. 8º As empresas tomadoras do trabalho avulso respondem solidariamente pela efetiva remuneração do trabalho contratado e são responsáveis pelo recolhimento dos encargos fiscais e sociais, bem como das contribuições ou de outras importâncias devidas à Seguridade Social, no limite do uso que fizerem do trabalho avulso intermediado pelo sindicato.

Art. 9º As empresas tomadoras do trabalho avulso são responsáveis pelo fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual e por zelar pelo cumprimento das normas de segurança no trabalho.

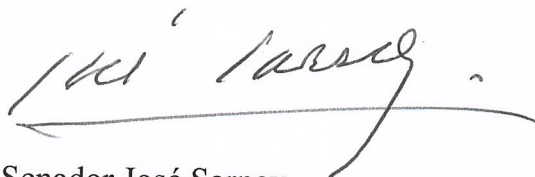
Art. 10. A inobservância dos deveres estipulados nos arts. 5º e 6º sujeita os respectivos infratores à multa administrativa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por trabalhador avulso prejudicado.

Parágrafo único. O processo de fiscalização, notificação, autuação e imposição de multas reger-se-á pelo disposto no Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 11. Esta Lei não se aplica às relações de trabalho regidas pela Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e pela Lei nº 9.719, de 27 de novembro de 1998.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.

Senado Federal, em de agosto de 2009.



Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal



LEI Nº 12.023 , DE 27 DE AGOSTO DE 2009.

Dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso.

O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º As atividades de movimentação de mercadorias em geral exercidas por trabalhadores avulsos, para os fins desta Lei, são aquelas desenvolvidas em áreas urbanas ou rurais sem vínculo empregatício, mediante intermediação obrigatória do sindicato da categoria, por meio de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho para execução das atividades.

Parágrafo único. A remuneração, a definição das funções, a composição de equipes e as demais condições de trabalho serão objeto de negociação entre as entidades representativas dos trabalhadores avulsos e dos tomadores de serviços.

Art. 2º São atividades da movimentação de mercadorias em geral:

I – cargas e descargas de mercadorias a granel e ensacados, costura, pesagem, embalagem, enlonamento, ensaque, arrasto, posicionamento, acomodação, reordenamento, reparação da carga, amostragem, arrumação, remoção, classificação, empilhamento, transporte com empilhadeiras, paletização, ova e desova de vagões, carga e descarga em feiras livres e abastecimento de lenha em secadores e caldeiras;

II – operações de equipamentos de carga e descarga;

III – pré-limpeza e limpeza em locais necessários à viabilidade das operações ou à sua continuidade.



Parágrafo único. (VETADO)

Art. 3º As atividades de que trata esta Lei serão exercidas por trabalhadores com vínculo empregatício ou em regime de trabalho avulso nas empresas tomadoras do serviço.

Art. 4º O sindicato elaborará a escala de trabalho e as folhas de pagamento dos trabalhadores avulsos, com a indicação do tomador do serviço e dos trabalhadores que participaram da operação, devendo prestar, com relação a estes, as seguintes informações:

- I – os respectivos números de registros ou cadastro no sindicato;
- II – o serviço prestado e os turnos trabalhados;
- III – as remunerações pagas, devidas ou creditadas a cada um dos trabalhadores, registrando-se as parcelas referentes a:
 - a) repouso remunerado;
 - b) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
 - c) 13º salário;
 - d) férias remuneradas mais 1/3 (um terço) constitucional;
 - e) adicional de trabalho noturno;
 - f) adicional de trabalho extraordinário.

Art. 5º São deveres do sindicato intermediador:

- I – divulgar amplamente as escalas de trabalho dos avulsos, com a observância do rodízio entre os trabalhadores;
- II – proporcionar equilíbrio na distribuição das equipes e funções, visando à remuneração em igualdade de condições de trabalho para todos e a efetiva participação dos trabalhadores não sindicalizados;
- III – repassar aos respectivos beneficiários, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas úteis, contadas a partir do seu arrecadamento, os valores devidos e pagos pelos tomadores do serviço, relativos à remuneração do trabalhador avulso;
- IV – exhibir para os tomadores da mão de obra avulsa e para as fiscalizações competentes os documentos que comprovem o efetivo pagamento das remunerações devidas aos trabalhadores avulsos;
- V – zelar pela observância das normas de segurança, higiene e saúde no trabalho;



VI – firmar Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho para normatização das condições de trabalho.

§ 1º Em caso de descumprimento do disposto no inciso III deste artigo, serão responsáveis, pessoal e solidariamente, os dirigentes da entidade sindical.

§ 2º A identidade de cadastro para a escalação não será a carteira do sindicato e não assumirá nenhuma outra forma que possa dar ensejo à distinção entre trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados para efeito de acesso ao trabalho.

Art. 6º São deveres do tomador de serviços:

I – pagar ao sindicato os valores devidos pelos serviços prestados ou dias trabalhados, acrescidos dos percentuais relativos a repouso remunerado, 13º salário e férias acrescidas de 1/3 (um terço), para viabilizar o pagamento do trabalhador avulso, bem como os percentuais referentes aos adicionais extraordinários e noturnos;

II – efetuar o pagamento a que se refere o inciso I, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas úteis, contadas a partir do encerramento do trabalho requisitado;

III – recolher os valores devidos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescido dos percentuais relativos ao 13º salário, férias, encargos fiscais, sociais e previdenciários, observando o prazo legal.

Art. 7º A liberação das parcelas referentes ao 13º salário e às férias, depositadas nas contas individuais vinculadas e o recolhimento do FGTS e dos encargos fiscais e previdenciários serão efetuados conforme regulamentação do Poder Executivo.

Art. 8º As empresas tomadoras do trabalho avulso respondem solidariamente pela efetiva remuneração do trabalho contratado e são responsáveis pelo recolhimento dos encargos fiscais e sociais, bem como das contribuições ou de outras importâncias devidas à Seguridade Social, no limite do uso que fizerem do trabalho avulso intermediado pelo sindicato.

Art. 9º As empresas tomadoras do trabalho avulso são responsáveis pelo fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual e por zelar pelo cumprimento das normas de segurança no trabalho.

Art. 10. A inobservância dos deveres estipulados nos arts. 5º e 6º sujeita os respectivos infratores à multa administrativa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por trabalhador avulso prejudicado.

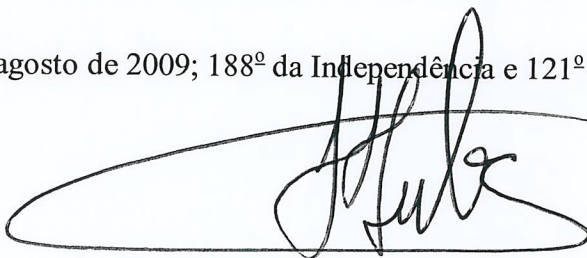
Parágrafo único. O processo de fiscalização, notificação, autuação e imposição de multas reger-se-á pelo disposto no Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 11. Esta Lei não se aplica às relações de trabalho regidas pela Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e pela Lei nº 9.719, de 27 de novembro de 1998.



Art. 12. Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.

Brasília, 27 de agosto de 2009; 188º da Independência e 121º da República.



Aviso nº 619 - C. Civil.

Em 27 de agosto de 2009.


A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Veto parcial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 84, de 2009 (nº 3.969/00 na Câmara dos Deputados), que, com veto parcial, se converteu na Lei nº 12.023, de 27 de agosto de 2009.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



Ofício nº 534 (CN)

Brasília, em 09 de setembro de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação de Deputados para compor Comissão Mista.

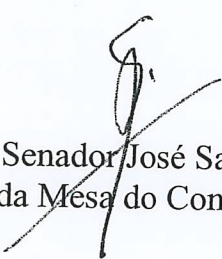
Senhor Presidente,

O Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 111, de 2009-CN (nº 683/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2009 (PL nº 3.969, de 2000, na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso".

Esta Presidência, nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a Vossa Excelência a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.

Encaminho, em anexo, autógrafo do projeto vetado e cópia da mensagem presidencial.

Atenciosamente,


Senador José Sarney
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Secretaria de Expediente

Vot Nº 40 09
Fls. 113

Secretaria-Geral da Mesa SPMO 09/Set/2009 15:20
Ponto: 4553 Ass: J. D. D. 11m: 5. F

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, DE 2009
(nº 3.969/2000, na Casa de origem)

EMENTA: “Dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso”.

AUTOR: Dep. Hermes Parcianello

TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

LEITURA: 14/12/2000 – DCD de 10/3/2001

COMISSÕES:

Trabalho, de Administração e Serviço Público

Constituição e Justiça e de Cidadania

RELATORES:

Dep. Ann Pontes

Dep. Colbert Martins

Dep. Colbert Martins
(Redação Final)

ENCAMINHAMENTO AO SENADO FEDERAL

Ofício GSE-PS nº 473, de 20/5/2009

TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL:

LEITURA: 22/5/2009 – DSF de 23/5/2009

COMISSÃO:

Assuntos Sociais


RELATOR:

Sen. Paulo Paim

(Parecer nº 1.105/2009 – CAS)

ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:

Mensagem SF nº 189, de 7/8/2009.

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
VET nº	40 / 2009
Fls.: 114	Rubrica: 

VETO PARCIAL Nº 40, DE 2009
aposto ao
Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2009
(Mensagem nº 111/2009-CN)

Parte sancionada:

Lei nº 12.023, de 27/8/2009
D.O.U. (Seção I) de 28/8/2009

Parte vetada:

- parágrafo único do art. 2º.

LEITURA:

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE RELATAR O VETO:

SENADORES

DEPUTADOS

PRAZO DE TRAMITAÇÃO:

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
VET nº	40 / 2009
Fls.: 115	Rubrica: e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 5883/2009/SGMP

Brasília, 35 de setembro de 2009.

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
N E S T A

Assunto: **Indicação de membros para compor Comissão Mista.**

Senhor Presidente,

Em atenção ao ofício CN/nº 534, de 09 de setembro de 2009, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que designei os Senhores Deputados, **COLBERT MARTINS (BLOCO PMDB)**, **EDUARDO VALVERDE (PT)**, **ROBERTO MARGALHÃES (DEM)** e **JEFFERSON CAMPOS (PTB)**, para integrarem a Comissão Mista incumbida de relatar o veto parcial ao Projeto de Lei 3.969, de 2000, que "Dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso".

Atenciosamente,


MICHEL TEMER
Presidente

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
Vet nº 40 / 2009
Fls. 226



Documento : 43788 - 1

Veto Parcial nº 40, de 2009
PLC nº 84, de 2009

De acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum e na Resolução nº 2, de 2000-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de relatar o veto:

Veto Parcial nº 40, de 2009 (PLC 84/2009)

Senadores

Paulo Duque
Raimundo Colombo
Paulo Paim
Mão Santa

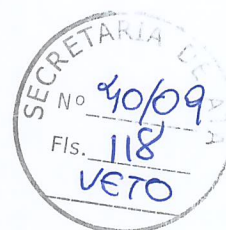
Deputados

Colbert Martins
Eduardo Valverde
Roberto Magalhães
Jefferson Campos



Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, as Comissões Mistas deverão apresentar os relatórios sobre os vetos até o dia 10 de novembro de 2009.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerrar-se-á em 20 de novembro de 2009.





CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DESTINADA A RELATAR O VETO PARCIAL Nº 40, DE 2009, APOSTO AO PLC Nº 84, DE 2009 (Nº 3.969/2000, NA ORIGEM), QUE “DISPÕE SOBRE AS ATIVIDADES DE MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL E SOBRE O TRABALHO AVULSO”.

PAUTA: INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

LISTA DE PRESENÇA

1ª Reunião, realizada em **05/11/2009**, às **16h30**, na **Sala 06** Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal.

NOME	SENADORES PARTIDO	ASSINATURA
PAULO DUQUE	PMDB	
RAIMUNDO COLOMBO	DEM	
PAULO PAIM	PT	
MÃO SANTA	PSC	

NOME	DEPUTADOS PARTIDO	ASSINATURA
COLBERT MARTINS	PMDB	
EDUARDO VALVERDE	PT	
ROBERTO MAGALHÃES	DEM	
JEFFERSON CAMPOS	PTB	

Secretário: José Soares de Oliveira Neto – Tel: 3303-3503





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia cinco do mês de novembro de dois mil e nove, quinta-feira, às dezesseis horas e trinta minutos, na sala número seis da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Parcial nº 40, de 2009**, aposto ao PLC nº 84 de 2009 (PL nº 3.969/2000 na origem), que “Dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso”, sem a presença de membros, **a reunião não foi realizada.**

E para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2009.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor



FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO ARMAZENADOR
Rua Mayrink Veiga nº 32 - Sala 1104, RJ, CEP. 22090-050 - Tel. (21) 22535424 - Fax (21) 22632018

OF. 110/2009

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2009.

Excelentíssimo Senador
JOSÉ SARNEY
M.D. Presidente do Senado Federal

Ref. Requer a V. Ex^a a rejeição do
Projeto de Lei nº 3969/2000 remeti-
do ao Senado Federal em 20/05/09
Ofício nº 473/09/PS-GSE. Reitera-
o teor do Of. 97/09 de 02/10/09.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO ARMAZENADOR, representando 200 mil trabalhadores Arrumadores no comércio armazenador e nos portos (AVULSOS) e 90 Sindicatos em todo país, (entre eles os dos Estados do Maranhão e do Amapá), preliminarmente felicita V. Ex^a. e o Congresso Nacional pelos relevantes serviços que vem prestando a Nação.

Esta entidade por seu Presidente infra-assinado tomando conhecimento que o Projeto de Lei nº 3969/200, de autoria do Exmo Deputado HERMES PARCIANELLO foi por unanimidade teve sua Redação Final aprovada e Emenda de Redação em 05/005/09 na Comissão de Constituição e Justiça de Cidadania e em 09/09/09 foi recebido na Mesa Diretora da Câmara foi recebido o Ofício 534/09 (CN) - comunicando veto parcial e solicitando indicação de membros para integrar a Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

O Poder Legislativo é, sem sombra de dúvida, e uma das estruturas fundamentais do país. É através do Congresso Nacional que podemos ter leis que asseguram a soberania brasileira.

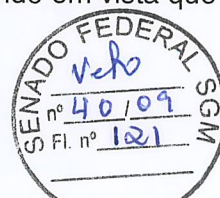
A FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO ARMAZENADOR, entidade sindical de âmbito nacional e de grau superior, fundada em 14 de setembro de 1946, reconhecida em 02 de dezembro do mesmo ano, na forma do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, é constituída para fins de estudos, coordenação, proteção e representação legal das categorias do Plano da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO - CNTC, com objetivo de colaborar com os poderes públicos e demais segmentos, no sentido da solidariedade e de sua subordinação aos interesses nacionais.

Tem por objetivo pleitear e adotar medidas de interesse dos trabalhadores e Sindicatos filiados, colaborando para o desenvolvimento e prosperidade das categorias representadas

Estamos perplexos e preocupados com o Projeto de Lei nº 3969/00, que fere os princípios legais do Decreto-Lei nº 5.452/43.

O referido Projeto de Lei 3.969/00, de autoria do Exmo. Deputado HERMES PARCIANELLO, regulamenta a categoria dos trabalhadores na movimentação de mercadorias, dispõe sobre as atividades dos Movimentadores de Mercadorias em geral, fere e prejudica frontalmente os princípios fundamentais e os direitos adquiridos da categoria representada por esta **FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO ARMAZENADOR**, que vem exercendo suas funções de movimentar mercadorias no comércio armazenador e nos portos, através de seus Sindicatos filiados em todo território nacional.

Desta forma é importante esclarecer a V. Ex^a. que os Movimentadores de Mercadorias na realidade os Carregadores e Ensacadores de café, e só a eles representam, pois mudaram a sua denominação com intuito de absorver o grupo já existente e representado por esta Federação, fato esse que é uma falta de ética e de respeito, tendo em vista que a



FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO ARMAZENADOR

Rua Mayrink Veiga nº 32 - Sala 1104, RJ, CEP. 22090-050 - Tel. (21) 22535424 - Fax (21) 22632018

nossa categoria não pode ficar prejudicada por uma Lei que fere e extrapola o direito já consagrado e representado pelo trabalho no comércio armazenador nas seguintes funções: carregamento, descarregamento, arrumação, remoção, empilhação, desempilhação, ensaque, conserto, catação, embalagem, etc, produzindo recurso humano ainda com auxílio de aparelhos mecânicos (maquinaria).

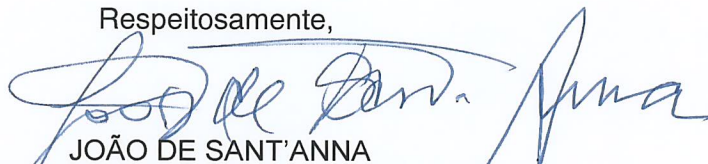
Ante o exposto, e no sentido de preservar os integrantes da nossa categoria em todo território nacional, gostaríamos de ver REJEITADO no Senado Federal, o referido Projeto de Lei nº 3.969/2000 de autoria do Exmo. Deputado Hermes Parcianello.

Neste sentido, acreditamos que o Exmo. Deputado Hermes Parcianello e os os Deputados que aprovaram a Redação Final e Emenda de Redação não sabem do constrangimento e do prejuízo que poderão causar aos trabalhadores Arrumadores no comércio armazenador e nos portos (avulsos) de todo território nacional, categoria esta que vem exercendo suas atividades há mais de 100 (cem) anos no manuseio de mercadorias.

Srº Senador, todos os trabalhadores do comércio armazenador (Norte, Sul, Leste e Oeste) estão certos das medidas recursais de V. Exª. no sentido de **REJEITAR**, o Projeto de Lei nº 3.969/00, por ser inconstitucional e ferir os princípios fundamentais desta categoria representada por esta Federação desde 1º de maio de 1943.

Neste sentido na expectativa de contar com o elevado espírito de compreensão e apoio de V.Exª em favor dos trabalhadores avulsos não só nos portos **como os trabalhadores Arrumadores avulsos no comércio armazenador de todo país**, coloco-me ao inteiro dispor do Sr. Senador para outros dados e demais esclarecimentos no que se fizerem necessários, ao mesmo tempo que apresento elevados protestos de consideração e distinto apreço.

Respeitosamente,



JOÃO DE SANT'ANNA

Presidente da Federação Nac. dos Trabs. no Com.
Armazenador e Diretor-Presidente do Cons. Fiscal
da Confederação Nac. dos Trabs. no Comércio

EM TEMPO:

Neste sentido, Srº. Senador
José Sarney aguardamos ur-
gentemente a resposta de
V. Exª.

Endereço:

Rua Mayrink Veiga, 32, 11º andar,
Grupo 1104, Centro/RJ
CEP 20090-050
Tel. (21) 22535424
Fax. (21) 22632018





SENADO FEDERAL
PRESIDÊNCIA

Brasília, 04 de janeiro de 2009.

A Sua Senhoria a Senhora
CLÁUDIA LYRA NASCIMENTO
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal

Senhora Secretária-Geral,

Cumprimentando-a, encaminho, para conhecimento e providências pertinentes, os anexos expedientes constantes da relação abaixo, que foram endereçados a esta Presidência.

DOCUMENTO	ORIGEM	ASSUNTO
Ofício Circular nº 0391-09/CT-CFP.	Conselho Federal de Psicologia – DF.	Solicita apreciação da posição dos Conselhos de Psicologia sobre o Substitutivo da Câmara ao PLS nº 268/2002, que dispõe sobre o exercício da medicina.
Ofício nº 045.	Câmara Municipal de Teófilo Otoni – MG.	Informa a instalação de Frente Parlamentar de Apoio à Defensoria Pública.
Documento s/n.	Fórum dos Procons Mineiros.	Manifesta indignação com a maneira pela qual se tenta aprovar a criação do chamado cadastro positivo, modificando o Código de Defesa do Consumidor - CDC.
Ofício nº CMR nº 627/09.	Câmara Municipal de Rincão – SP.	Encaminha cópia do Requerimento nº 112/09.
Documento s/n.	Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Legislativos Federal, Estaduais e do Distrito Federal – FENALE.	Encaminha Moção de Apoio à Campanha Ficha Limpa, contra a candidatura de políticos em débito com a Justiça.
Ofício/SG nº 129/2009.	Câmara Municipal da Estância Turística de Pereira Barreto – SP.	Encaminha cópia da Indicação nº 348/2009, a qual solicita apoio à extinção do fator previdenciário.

Recebido em
4/1/2010
H. B. M.
226091






SENADO FEDERAL
PRESIDÊNCIA

Documento s/n.	Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Legislativos Federal, Estaduais e do Distrito Federal – FENALE.	Encaminha Moção de Repúdio em decorrência da prática, por alguns parlamentares, de atos que maculam a imagem do legislativo brasileiro.
Ofício 110/2009.	Federação Nacional dos Trabalhadores no Comércio Armazenador – RJ.	Requer a rejeição do Projeto de Lei nº 3969/2000.

Atenciosamente,


SÉRGIO PENNA
Chefe de Gabinete

